



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA**

SAMIA KAMYLA FREITAS SILVA

**Comunidade ribeirinha Divino Espírito Santo frente a pandemia da
COVID-19 - Portel, Marajó**

MACAPÁ-AP

2023

SAMIA KAMYLA FREITAS SILVA

Comunidade ribeirinha Divino Espírito Santo frente a Pandemia da COVID-19 Portel/Marajó

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade Federal do Amapá- UNIFAP, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciada em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. David Júnior de Souza Silva

Macapá-AP

2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

SAMIA KAMYLA FREITAS SILVA

**Comunidade ribeirinha Divino Espírito Santo frente a Pandemia da
COVID-19 Portel/Marajó**

BANCA AVALIADORA:

Prof Dr. David Junior de Souza Silva

(Orientador)

Prof Dr. Eunapio Dutra do Carmo

(Avaliador)

Prof Me. Luciano Magnus de Araújo

(Avaliador)

Prof Dr. Tadeu Lopes Machado

(Avaliador)

Macapá-AP

2023

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a primeiramente a Deus por essa conquista, por ter me sustentado até aqui . É motivo de realização para mim, vim de família tão humilde conseguir entrar em uma universidade Federal e poder hoje concretizar esse sonho de ser Licenciada em Sociologia. Gostaria de agradecer meus irmãos, obrigada por me apoiarem, me incentivarem e me ajudarem, eu amo cada um de vocês e estou na torcida para que logo todos consigam essa conquista também. São eles; Jacqueline, Henrique, Keyze, Jéssica, Jerffeson, Aline, Vitória e Neto, e claro a minha pequena sobrinha Valentina.

Agradecer também aos meus colegas de curso, principalmente Jana, Antônio e Nelson, foram colegas que estiveram comigo desde do início. Nelson compartilhou essas vivências e proeza que é defender TCC em uma universidade Federal, agradecer a minha amiga Leudi, por estar nessa trajetória desde o início médio, trilhando caminhos parecidos e compartilhando junto as mesmas vivências. Agradecer em especial ao meu orientador David Silva, por me ajudar desde inicio da graduação, e participar de todo meu amadurecimento acadêmico, lhe admiro como profissional e principalmente como pessoa.

A minha família Maciel e família Gama, em particular minhas tias e primas, que foram braços fortes de perseverança me espelho em cada uma de vocês, Sandra, Dina, Daynara, Clau, Luh, Day, não dá pra escrever o nome de todos, mas a minha família em modo geral está representada. Como também aos que me receberam em Macapá.

Agradecer a Comunidade Divino Espírito Santo, por ter me acolhido, e compartilhado comigo suas vivências, e deixar eu representa-los com muita humildade e responsabilidade, conviver com vocês por mais de um ano, trouxe experiências, laços de amizade que irei levar para a vida toda.

Aos Meus Pais, Solange Maciel e Aodonildo Gama, por me incentivarem aos estudos, por sonharem comigo, pela orações, pelas palavras de incentivo, isso só foi possível porque vocês foram a minha base.

Dedico este trabalho, aos meus avós, seringueiros, extrativistas, marajoaras, forte obrigada por todo o cuidado, pela força, pelo amparo. Amo vocês, Benedito Galeno e Maria Maciel.

RESUMO

As comunidades ribeirinhas da Amazônia têm enfrentado vários desafios e mudanças sociais desde o surgimento da Covid-19 e o período de pandemia. Na comunidade Divino Espírito Santo, localizada às margens do rio Pacajá, no município de Portel- Pará, esta realidade não foi diferente. Diante disso, partimos do ponto epistemológico tratar sobre as mudanças socioeconômica vivenciado pela comunidade frente a Pandemia da Covid-19, metodologicamente a pesquisa assumiu características de uma investigação etnográfica, com recurso à observação participante, entrevistas, fotografias, pode-se observar que as mudanças socioeconômicas na comunidade, tanto com agricultores familiares, como também moradores que trabalhavam direta ou indiretamente na escola, viram suas rotinas serem mudadas para outras atividades econômicas dentro do cenário a qual se encontraram durante a pandemia.

Palavras – chaves: Comunidades ribeirinhas, pandemia, mudanças.

Divino Espírito Santo riverine community facing the Pandemic COVID-19 - Portel, Marajó

ABSTRACT

The riverside communities of the Amazon have faced several challenges and social changes since the emergence of Covid-19 and the pandemic period. In the community Divino Espírito Santo, located on the banks of the Pacajá River, in the municipality of Portel- Pará, this reality was no different. Given this, we started from the epistemological point of dealing with the socioeconomic changes experienced by the community facing the Pandemic Covid-19, methodologically the research assumed characteristics of an ethnographic investigation, using participant observation, interviews, photographs, video recording, it can be observed that socioeconomic changes in the community, both with family farmers, as well as residents who worked directly or indirectly in the school, saw their routines being changed for other economic activities within the scenario to which they found themselves during the pandemic. This work is divided into four chapters that deal with themes about the emergence and the social relations established in the community, the post-pandemic change, the double working day and female leaders, and the function of the school within the community. In the transversality of this study, the relationship of the ribeirinho with nature, educational teaching, and the social and political aspects of the organization of the Divino Espírito Santo community are explored.

Keywords: Riverside communities, pandemic, change.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPITULO 1 - A COMUNIDADE, SEU SURGIMENTO E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS	13
CAPÍTULO 2 – MUDANÇAS PÓS PANDEMIA	21
CAPÍTULO 3 – A COMUNIDADE DO DIVINO E SUAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS INTERNAS	30
CAPÍTULO 4 – A FUNÇÃO DA ESCOLA DENTRO DO TERRITÓRIO	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

O avanço da Covid-19 no Brasil teve uma evolução rápida, chegando a pequenas cidades e áreas rurais como as comunidades ribeirinhas da Amazônia brasileira, essas populações tradicionais que tem como modo de vida principal a vivência às margens dos rios, do qual depende o atendimento às necessidades básicas, e por serem localizadas em áreas de maiores vulnerabilidades, com índices de desenvolvimento humanos baixos, onde muitas políticas públicas não chegam, enfrentando diversos problemas sociais e econômicos, assim passaram a ser fortemente atingidas pela crise da pandemia, diante disso, a realização de um trabalho em uma comunidade ribeirinha como a Divino Espírito Santo, exige uma grande complexidade social, pois a interiorização da pandemia da Covid-19 é uma grande ameaça tanto à saúde, como as resistências das populações ribeirinhas da Amazônia brasileira, que convive com diversas carências socioeconômicas e de saúde (SILVA et al, 2020; CASTRO et al, 2020;).

Com o tema proposto, comunidade ribeirinha Divino Espírito Santo frente a pandemia da Covid-19, objetiva-se caracterizar a realidade dessa comunidade e as mudanças socioeconômicas enfrentadas por esses ribeirinhos, e seus modos de resistências, durante a maior crise de saúde pública mundial que ocorreu no início de 2020.

O interesse pelo tema surgiu quando fiz uma visita a comunidade e conversei com alguns professores, na época desenvolvia uma iniciação científica com o projeto de pesquisa “Comunidades ribeirinhas: território e pandemia”, durante a visita, observei que muitas mudanças estavam ocorrendo na comunidade.

Utilizou-se como metodologia a etnografia realizadas durante os anos de 2021 e 2022, com recurso à observação participante, entrevistas com comunitários e técnico de órgão governamentais voltados a extensão rural, além de fotografias que auxiliam na codificação através do olhar, transmitindo vivências ao texto.

A primeira viagem a comunidade ocorreu no mês de maio de 2021, objetivou uma aproximação, ainda de forma descontraída, pois não conhecia a comunidade nem sua realidade, na oportunidade pude conversar com alguns moradores e professores e conhecer um pouco sobre a comunidade, durante esse período as aulas ainda estavam paralisadas. Na segunda viagem em janeiro de 2022, tive a oportunidade de participar do dia a dia dos professores na entrega de atividades no ensino remoto, e orientações das aulas. A terceira viagem a comunidade ocorreu de fevereiro a dezembro de 2022, pude amadurecer os

conhecimentos sobre a região, ter contato com a maioria dos moradores, participar dos eventos proporcionados pela comunidade e ver de perto a realidade dos ribeirinhos, nesse momento volto como educadora dentro da comunidade, passei a morar lá durante quase um ano, trabalhando na escola.

Este trabalho é composto por quatro capítulos, primeiro capítulo realizamos um breve percurso histórico sobre o município de Portel, suas características demográficas, populações. Logo em seguida trataremos sobre a localização da comunidade em relação ao seu município, como também seu surgimento, através das memórias dos seus fundadores, a associação a igreja, com o objetivo de dar “vida” a oralidade dos sujeitos pertencentes a essa comunidade. Ainda nesse capítulo apresentaremos o processo histórico de trabalho na comunidade e as suas mudanças. Aproximamos as relações dos ribeirinhos com o espaço a qual vive a partir de uma análise teórica sobre a relação dos sujeitos amazônicos com os rios, a florestas, o território ribeirinho como construção de identidade. As suas relações sociais estabelecidas dentro desse espaço.

No segundo capítulo, engloba tanto a problemática do o acesso a saúde nas comunidades da região Amazônica, que diante de suas características geográficas, culturais e sociais, enfrentam inúmeros desafios para obter saúde ou preservá-la, passando pelas precárias condições de saneamento básico, longas distâncias no deslocamento para atendimento, e ausência de assistência médica e de enfermagem e medicamentos especializados. Como também sobre as várias mudanças pós pandemia nas comunidade Divino, seja na economia dos ribeirinhos, causadas principalmente pela quebra de uma rotina de relações sociais estabelecidas entre comunidade e escola, e comunidade e cidade, através do isolamento social, as paralizações das aulas. Bem como as mudança de rotina, entendendo as particularidades das comunidades ribeirinhas, que apesar de serem populações tradicionais, não são populações isoladas, e mantém troca constante de relações entre campo e cidade, a falta de planos emergenciais e políticas públicas voltadas as realidades dessas populações que não podiam chegar até a cidade para vender nos mercados e feiras, por fim como todas essas transformações afetaram a comunidade (CASTRO, 2020).

No terceiro capítulo, será realizado breve contextualização das principais instituições sociais internas presentes nesse território, sendo elas a escola, igreja, lar, e associação, e quais suas funções dentro da comunidade Divino Espírito Santo, seus aspectos sociais políticos e organizacionais. Busco nesse debate, traçar olhares para as lideranças femininas e a sua dupla jornada de trabalho, como que com as mudanças de rotinas, as mulheres passam a ser linha de

frente dentro dessas instituições, suas responsabilidades na agricultura familiar, na roça, na igreja, na associação, o papel dentro lar.

No último capítulo, terá como foco, a educação ribeirinha, através da escola Divino Espírito Santo e a sua função dentro do território, inicia-se uma breve contextualização sobre educação do campo, currículo ribeirinhos, a complexidade do ensino na territorialidade amazônica a partir de referenciais teóricos pautados na educação do campo, sempre dialogando com a comunidade abordada, seus desafios de ensino, antes pandemia, durante aulas remotas e com o retorno das aulas presenciais e quais alternativas buscou-se para evasão escolar, além da problemáticas sobre um currículo escolar que acompanhe as transformações sociais da comunidade, dentro da educação.

Conhecendo o Município de Portel

Portel é um município que fica localizado na mesorregião do Marajó, estado do Pará, no norte do Brasil, o município tem uma área territorial de 25.384.960 km² e uma população estimada de 63.831 pessoas, é composto por quatro rios principais: Anapu, Camarapi, Pacajá e Acutipereira, quase a metade da população reside nessas áreas rurais, com densidade demográfica de 2,06 hab/km², a distância entre Portel e a capital do Pará em linha reta é aproximadamente 264 km, e via Marítima é de 326 km, (IBGE, 2022).

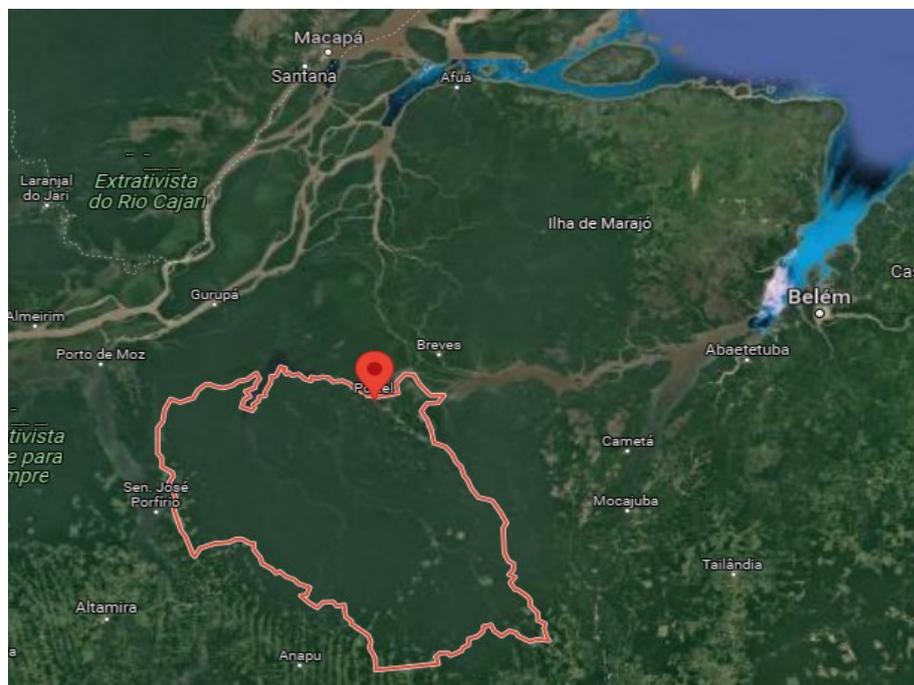
A história do município de Portel, é contada da seguinte forma, até 1653, o local onde hoje é o município de Portel, existia primitivamente uma aldeia de índios, que posteriormente foi organizada pelo Padre Antônio Vieira e a direção dos padres da companhia de Jesus, que trouxeram os índios Nheengaíbas da ilha do marajó, Portel inicialmente era chamado de Arucará, após a expulsão dos padres da companhia de Jesus. “Em 1758, o governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado elevou-a à categoria de vila, mudou-lhe o nome para Portel, denominação portuguesa que significa “Porto Pequeno”, e instalou pessoalmente o município, em 24 de janeiro do mesmo ano”. Após muitas mudanças administrativas, finalmente a lei Estadual n.º 2.460, de 29-12-1961, desmembra distrito de Portel a Melgaço, elevado à categoria de município (Prefeitura de Portel, 2015, apud IBGE, 2022).

A história contada desse município inicia com a presença dos colonizadores, que no processo de ocupação trouxeram a religiosidade, como também outros indígenas de outras regiões, sendo assim a formação do povo Portelense se constituiu pelos indígenas que lá já se encontravam, outros que foram trazidos, também não esquecer dos nordestinos que vieram para Portel, na época conhecida como soldados da borracha.

Durante a época do ciclo da borracha, Portel recebe o que já foi a maior empresa instalada presente no Município, conhecido como Amacol LTDA, uma madeireira multinacional norte-americana, “ em 1957 a empresa foi vendida para a Georgiapacific e daí passou a ser chamada de companhia Amazônia Madeiras e Laminados, [...] produto 100% exportado em grandes navios com destino a Savana, nos Estados Unidos” (ABREU, 2014, p. 58).

Apesar de se instalar na cidade, e “ no seu período áureo e tempo de alta produção chegou ofertar mais de mil empregos diretos e indiretos toda a população de uma forma ou de outra sobrevivia em sua função” (ABREU, 2014, p. 59). Os ribeirinhos ao longo dos rios também, trabalhavam indiretamente na Amacol, segundo um relato de uma moradora da Divino Espírito Santo, a empresa ia buscar madeiras por encomenda em seus portos. Em meados da década de 1990, a empresa passou por fortes crises, fechando as portas posteriormente.

Figura 01: Localização de Portel em relação ao Marajó.



Fonte: Google Maps, 2022.

Pluralidade do Povo portelense.

Fazem parte da territorialidade Portelenses duas comunidades quilombolas, São Tomé de Tauçú, localizada no rio Acutipereira, e outra no rio Pacajá, próximo a comunidade Divino Espírito Santo, conhecida como associação dos remanescentes de quilombolas Cipoal, sobre a

origem da última destaca-se o relato feito de Simião Anjos ao projeto Mapeamento social, UFPA 2014;

Meus pais eram do Ceará, cearenses. Eles vieram de lá por causa de sede, que não chovia nesse tempo. Eles pra apararem uma água era de noite, assim no sereno. Caía aquela nuvem e aí caía na bacia e eles bebiam; aí eles viram que não aguentavam, eles estavam pra morrer. Eles se ajuntaram dez pessoas e vieram de lá pra cá. E vieram à vara e a remo. Vieram e quando chegaram em Breves ficou cinco e cinco veio pra cá. Aí quando chegaram ali no Cipoal, o papai ficou lá, os outros foram embora aqui pra riba (...).(ANJOS, 2014, p. 3).

É possível constatar as diversidades na formação do povo portelenses, seja eles indígenas, quilombolas, nordestinos, que irão formar as comunidades tradicionais, os ribeirinhos, extrativistas, agricultores familiar, moradores e guardiões da floresta Amazônica, entendem a floresta como sua casa, possuem particularidades com os rios, além de ser seu principal meio de transporte, seus conhecimentos da natureza, sua história enraizada com o lugar em que vivem. Essa pluralidade na formação dos povos do território perpassa também na Amazônia de modo geral, pois caracterizar esses atores sociais não se torna uma tarefa fácil, a Amazônia não é uma região homogênea, e nem uniforme, e “no percurso histórico-formativo do território amazônico, múltiplos sujeitos sociais e econômicos baseados na produção familiar, fizeram e refizeram seus modos de vidas” (SANTOS, 2021, p 66).

Podemos caracterizar esses sujeitos da Amazônia, como os “extrativistas, pescadores artesanais, quilombolas, povos da floresta, caboclos, ribeirinhos, agricultores familiares, etc..”. (SANTOS, p. 66, 2021). O processo histórico de formação da população da Amazônia também se constituiu de forma complexa, pois;

O homem amazônico é fruto de confluências de sujeitos sociais distintos – ameríndios da várzea e/ou terra firme, negros, nordestinos e europeus de diversas nacionalidades (portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, etc) – que inauguram novas e singulares formas de organização social nos trópicos amazônicos (FRAXE, WITKOSKI, MIGUEZ, 2019, p. 30).

Os sujeitos sociais presente nesse trabalho, se caracterizam como ribeirinhos e também utilizam-se do termo beradeiros, ambos relacionados ao seu estilo de vida, e a relação com que possuem com o rio para as populações ribeirinhas, a hidrografia regional constitui-se como o lócus de vivência e convivência.

Comunidade Divino Espírito Santo

A comunidade Divino Espírito Santo está localizada no rio Pacajá, situada a dez horas de viagem do seu município Portel, utiliza-se embarcações fluviais para chegar até a comunidade, o seu rio afluente Pacajá, é um dos rios mais extenso do município, e tem uma

importância para economia local, diariamente saem embarcações que fazem rotas até as comunidades mais distantes do rio, e nessas comunidades estão situadas grandes empresas que trabalham com o extrativismo de madeira e agropecuária. Atualmente, a comunidade conta com aproximadamente quarenta e cinco famílias que vivem espalhadas ao longo do rio Pacajá, a maioria dos moradores costumam morar distantes uns dos outros, porém é possível encontrar algumas famílias que formam pequenas vilas.

Os limites geográficos da comunidade pode ser delimitado da seguinte forma, depois da Comunidade Nossa Senhora da Luz e antes da Comunidade Santa Rosa, na localidade conhecida como Recanto, nesse espaço possui uma igreja católica, um salão de eventos que também é a estrutura da escola de ensino fundamental básico, a qual pertencem as diretrizes municipal, e uma igreja evangélica.

Figura 02: Comunidade Divino Espírito Santo em relação a Portel



Fonte: Google Maps, 2022.

CAPITULO 1 - A COMUNIDADE, SEU SURGIMENTO E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS

1.1 Memórias

De acordo com os relatos dos moradores mais antigos, cerca de seis famílias viviam espalhadas ao longo do rio Pacajá, no local onde hoje é considerado a comunidade, e se reuniam nas casas para fazer as rezas, em certos momentos o número de rezadores era tão grande, que era necessário eles irem pra debaixo das árvores como de uns açazeiros da casa de Coriorlando e Maria, pois nas casas não comportavam todos, foi então que veio a ideia de organizar e ceder um local para construir a igreja, primeiro era necessário a escolha do Santo que seria o padroeiro da comunidade.

O nome da comunidade surgiu após dona Semita, uma das fundadoras sonhar com o Divino Espírito Santo, uma professora da comunidade conhecida como Teca, se encarrega de mandar fazer e trazer a comunidade a imagem que representaria o padroeiro, foi então escolhido o Divino Espírito Santo.

Após a escolha do Santo, inicia-se o projeto de construção da Igreja, foi então que o morador conhecido como Sabazão, doou uma parte do seu terreno para ser construída a igreja. Os comunitários se reuniram e através de um mutirão limparam o terreno da igreja doado, e construíram uma igreja de madeira, após pronta seu primeiro dirigente foi Coriorlando e a primeira missa foi rezada pelo Frei José, a comunidade possui aproximadamente 37 anos de fundação.

Figura 03: imagem panorâmica da igreja e escola Divino Espírito Santo.



Fonte: acervo próprio 2021.

Os relatos dos moradores sobre o surgimento da comunidade, demonstram como as relações sociais estabelecidas dentro da comunidade, desde de sua fundação se baseia na ideia da coletividade, parceria, da ajuda, entendemos os espaços de comunidade ribeirinhas como espaços de aprendizado, de troca de relações, uma construção coletiva, com objetivos organizacionais socialmente estabelecidos (CARMO, 2010).

Essa relação comunitária entre os ribeirinhos, a forma como a comunidade se molda, suas relações de parentescos, sociais afetivas, as atividades sempre são pensadas de modo coletivo, sustentam a própria caracterização das comunidades ribeirinha amazônicas;

parte-se do entendimento de que as comunidades tradicionais, na Amazônia, possuem “um modelo particular de gestão dos recursos naturais e de organização social” (CHAVES, 2001, p. 77), assim sendo, a comunidade se constitui “num espaço onde se estabelecem a construção de construção de identidades sociais, de projetos comuns, mas também, de manifestação da diversidade” (CHAVES, 2001, p. 77). Portanto a comunidade é o espaço em que se solidificam as relações sociais e modos de vidas específicos, bem como, formas de gestão apropriadas dos recursos locais, o que evidencia o importante papel da cultura (LIRA, CHAVES, 2015, p. 69).

Sobre o processo histórico de trabalho dentro da comunidade; as atividades que desenvolviam antigamente e como foram mudando; a partir de um relato das moradoras em uma roda de conversa, a primeira atividade citada consistia em riscar seringueira, depois passou-se para a madeira bolada, cortado no machado, e por não existir as máquinas, era necessário fazer uma estrada larga e convidar as outras famílias da comunidade para empurrar

essa madeira derrubada para a água, por isso o nome madeira bolada. Houve a época da madeira Andiroba cortada no serrotão¹, a época da virola no igapó, madeira leve, após vendidas para empresas como a Amacol, essa madeira era envenenada ou seja, jogava-se produtos químicos para não dar broca, e cupim e era exportado.

Nas atividades de trabalho, a farinha sempre atravessou geração em geração, a roça sempre esteve presente dentro da comunidade entres os seus primeiros moradores, e perpétua até hoje, acompanhou as mudanças e resistiu as transformações, se constituiu não somente a base da alimentação portelense, mas também como um meio de resistência dos ribeirinhos.

Observou-se em seus diálogos, sempre presente a preocupação com os recursos naturais, os comunitários sabem a necessidade de preservar as espécies de madeiras que já foram bastante exploradas durante o tempo, para que esses recursos naturais continue presente, nas falas das ribeirinhas sobre as mudanças de trabalho, elas não vem a natureza como algo que lhe trará lucro, mas como um meio de garantir sua subsistência.

Menezes analisa essa relação do ribeirinho com o espaço a qual vive, segundo a autora “nossa relação com o mundo vai além da relação material com a terra, o meio ambiente passa a ter um valor simbólico e ressoa nossas vivências” a discursão que a autora traz sobre a relação dos ribeirinhos com o lugar ondem vivem, e a subjetividade que ele representa, onde a floresta Amazônica traz identidade ao homem amazônico, pois “a terra que nos serve para tantas coisas, no sentido concreto, em que produzimos, nos alimentamos do que ela produz, construímos nossa casa, e estabelecemos laços que vão além da materialidade” Portanto, o lugar onde as populações ribeirinhas habitam, e a relação que eles têm com esses espaços, neste caso tratando-se da floresta Amazônia, é também um fator responsável para a reconstrução da sua identidade. (MENEZES, 2016 p. 2,).

Diante disso, podemos perceber a relação que os sujeitos amazônicos, constituem com a floresta, sua representação vai além de um lugar para morar, a Amazônia passar a ter representação, de pertencimento, nessas construções, o espaço onde habitam se transforma em territórios, e no dizer de Pereira 2007 “território é um produto das ações coletivas e relações humanas, uma construção histórica do homem à medida que esse se organiza, culturalmente e socialmente”. A dinâmica de vida do povo ribeirinha está diretamente ligada a Amazônia, e sua relação de construção de sua identidade, pois “Ser da Amazônia, não implica apenas uma

¹ Serrote manual usado antigamente para cortar madeira.

localização no espaço, uma localização geográfica. Ser da Amazônia implica num comprometimento político e social[...]” (FRAXE, WITKOSKI E MIGUEZ, 2020 p, 32).

Pertencer a comunidade está diretamente ligada ao espaço em que vive, essas laços com o território vão além da materialidade, e como que se não pudéssemos separar Amazônia floresta, e Amazônia sujeitos, sua comunidade faz parte da construção da identidade, essa subjetividade está presente ao olhar cuidadoso que tem com a natureza, pois não vem como um local a ser explorado, mas sim como seu lar. E sobre essa relação econômica, social, e construção de identidade com a natureza, presentes na comunidade ribeirinha do Divino, que gostaria de apresentar nos próximos tópicos.

Os ribeirinhos da comunidade Divino Espírito Santo, conhecem as estações do ano, sabem que a melhor época para pescar, e quais os tipos de peixes de acordo com o período do ano, quando começam às mares altas e baixas, a melhor lua para caçar, como aproveitar os períodos chuvosos para plantar, o verão forte para iniciar as roças, utilizam-se os saberes tradicionais, a terra e os rios como suas principais fontes de reprodução material.

1.1 A pesca;

A pesca na comunidade são utilizadas para o consumo familiar, os principais peixes encontrados na comunidade são; tucunaré, pescada, piranha, traíra, caratinga, sarda, jacundá, pirarara, filhote. Os instrumentos que utilizam são geralmente a malhadeira, casco, remo anzol e linha.

Existem várias técnicas para se conseguir capturar os peixes, como o arrasta, utilizada para pegar tucunarés, utiliza-se uma isca em uma linha que pode ser arrastada pela rabeta² em baixa velocidade, ou jogando e puxando a linha, segundo os moradores o melhor lugar para fazer o arrasta é em volta das ilhas que ficam próxima a comunidade.

O mergulho é uma técnica mais específica, são poucos que praticam na comunidade, certamente por ser mais perigosa, porém é uma das mais vantajosas, funciona como uma caçada ao peixe debaixo d’água, é necessário uma lanterna, uma mascaró de mergulho, e um arbalete³ que pode ser confeccionado pelos próprios ribeirinhos.

²A rabeta é um meio de transporte mais utilizado pelos ribeirinhos marajoaras. É caracterizado como um casco com motor na popa.

³ Arma de pesca, feita com um arpão que pode ser comprado em lojas, ou confeccionado de madeira.

Há também a pesca com a zagaia, feita geralmente nos igarapés, onde os ribeirinhos entram em pequenos cascos. Existem também algumas exceções de pescarias que são voltadas aos peixes maiores, é o caso da douradeira, um tipo de malhadeira, porém maior, além de cambão, anzóis com iscas maiores deixadas em espera em locais bom para peixe, como também o espinhel conjunto de linha formado por mais de oitenta anzóis.

O mariscar⁴ dentro da comunidade, é uma atividade desenvolvida diariamente, e dependendo de cada período do ano, e dos conhecimentos dos ribeirinhos vai mudando suas técnicas, observei que o marisco são praticados principalmente pelas pessoas mais antigas da comunidade, e baixo interesse dos jovens na prática do marisco, quando criança até que acompanho bastante seus pais no marisco, e aprendem sobre as técnicas, porém na fase da jovem acabam se distanciando, os meninos aparentemente por se aproximar nessa fase mais da caça, e as meninas por passarem mais tempo com suas mães na roças. como se houvesse uma divisão do trabalho: menino caça, menina roça, criança marisca, assim a comunidade vai inserindo as crianças nas suas rotinas de trabalho e de vida.

1.2 A caça;

A caça é uma atividade desenvolvida na maioria por homens, consiste na procura de animais silvestres através de varridas⁵ ou na técnica de espera, geralmente em um local estratégico que possuem árvores frutíferas como inajá muito presente na floresta amazônica, debaixo dessas árvores, através do seu conhecimento o ribeirinho sabe se algum animal vai se alimentar naquela árvore e qual tipo de animal é, e fica na sua espera durante a noite próximo ao local. As fases da lua interferem bastante nas idas atrás das caças, através dela, os ribeirinhos sabem qual melhor momento para conseguir visualiza-las a noite.

Quando os homens conseguem êxito em suas caçadas, esses animais são repartidos na comunidade entre as famílias mais próximas, conseguir trazer uma caça, reflete ao caçador grande prestígios dentro da comunidade, além de vários comentários pela benfeitoria.

1.3 A roça e a farinha de mandioca;

A farinha de mandioca já se constituiu como principal fonte de renda dos ribeirinhos portelenses, também da mandioca são produzidos a tapioca em goma e farinha, além do tucupi. Para se construir uma roça exige-se tempo, paciência e também muito conhecimento para sobre

⁴ Como os moradores chamam para as pequenas pescarias.

⁵ Limpeza de um pequeno caminho para andar durante a noite em busca da caça.

o tempo da natureza, primeiro é feito derrubada da área onde irá ser plantado as manivas, que devem ser feita no verão forte, entre os meses de setembro e outubro, vinte a trinta dias depois, que as folhas e galhos já estão secos passa-se para a segunda etapa que é colocar fogo para limpar a área chamado coivara⁶.

Após a área limpa, eles esperam as primeiras chuvas do inverno, para plantar as manivas. Esperam-se três quatros meses para capinar, é necessário duas ou três capinas durante o ano, para o cerrado não tomar conta, e a mandioca desenvolver. Passado essas etapas, espera-se o tempo da colheita, o processo toda da roça dura em média 1 ano.

Durante esse tempo de espera, os ribeirinhos estão trabalhando em suas roças que já estão maduras, e no processo de fabricação da farinha, como; a colheita dessa mandioca, a preparação, até chegar ao último processo que é torrada no forno.

Figura 04: Processo da Produção da Farinha



Fonte: Pesquisa/CNPq/2014, apud RODRIGUES et al, 2015.

O rio Pacajá é um dos principais rios de Portel responsáveis por desenvolver todas essas atividades econômicas destacadas acima, moradores da comunidade Divino Espírito Santo desenvolvem essas práticas sustentáveis como a agricultura e a fabricação da farinha, caça e pesca, o extrativismo vegetal desde os seus primeiros moradores, passando de geração a

⁶ Etapa na preparação da farinha, onde empilha e toca-se fogo nos entulhos e galhos da área limpa para a roça.

geração. A farinha tem duplo objetivo dentro da comunidade, o consumo, e a geração de renda através da comercialização dos excedentes⁷.

Figura 05: Processo da fabricação da farinha



Fonte: acervos próprios, 2021.

Os excedentes dos materiais coletados ou produzidos como a farinha, frutas e açaí são vendidos nas próprias embarcações que fazem rotas no rio, ou trocadas com regatões⁸, como também, levam seus produtos para serem vendidos até o mercado e feira municipal de Portel.

1.4 Associação APAMP;

São poucas comunidades tradicionais portelenses que se organizam através de associações, a associação dos produtores agroextrativistas do médio rio Pacajá (APAMP), foi criada no dia 7 do mês de março de 2017 na comunidade Divino Espírito Santo, sobre a presidência de Carlos Alberto Mendes, pois os comunitários sentiram a necessidade de se auto-organizar.

sob a direção de Virginia Conceição Lima, brasileiro, agricultor a qual solicitou ao senhor Edson Vando Loureiro Mendes para atua como secretário da reunião, após a composição da mesa o presidente da reunião para qual foram convocados tinha a finalidade de criar a associação dos produtores agroextrativistas do Médio Pacajá, pois os moradores das comunidades localizadas no referido rio tem suas atividades como meio de subsistências a agricultura familiar, manejo de açaí, piscicultura e manejo florestal atividades estas que são executadas de maneira desordenada por tanto há necessidades de se criar uma associação para que possam através da mesma haver uma organização dos agricultores da localidade. (ATA REUNIÃO, APAMP, 2017, fls.1).

⁷ Consideramos como excedentes o que ultrapassa as necessidades imediatas dos ribeirinho, e podem ser vendidos nas feiras, nos mercados, até mesmo na própria comunidade.

⁸ Negociadores que vendem de “tudo um pouco” através das negociações de “mercadorias da cidade” em “produtos da floresta” com os ribeirinhos.

A criação da associação dos produtores agroextrativistas do médio rio Pacajá APAMP, uma grande conquista para que se pudesse organizar a agricultura familiar dentro da comunidade, com a parceria da associação fica mais fácil a assistência técnica da EMATER⁹, pois é quase impossível atender a população ribeirinha de Portel de modo individual, Após a criação os moradores puderam se organizar e conseguir parcerias para a expansão dos alimentos produzidos, além de serem assistidos com cursos e oficinas.

Quando abordamos as memórias da comunidade, através da história do seu surgimento, automaticamente interligado ao aspecto religioso, a criação da associação e as mudanças nas formas de trabalho, podemos encontrar em todos eles, a coletividade sempre presente, seja na doação de terreno para igreja, nos mutirões, o convidado de outras famílias para terminar uma atividade, essa troca de relações está ligada as suas rotinas diárias. Não só no seu meio social, mas também a relações estabelecidas com a natureza, seja nos rios através das pesca, na floresta através da caça, entendendo o tempo da natureza através da roça. Diante de todos esses conhecimentos, une-se a conquista da associação que irá transpassar todas essas relações, e organizar de uma melhor forma o trabalho em coletividade sempre presente dentro da comunidade.

No próximo capítulo irei falar sobre, como as relações sociais de coletividade presente dentro da comunidade irão ser afetadas diretamente pela pandemia, tanto no aspecto da saúde, como economia e suas rotinas.

⁹ Empresa de assistência técnica e extensão rural do estado do Pará.

CAPÍTULO 2 – MUDANÇAS PÓS PANDEMIA

Neste capítulo iremos abordar como que a comunidade do Divino enfrenta o desafio da pandemia e reage frente essas mudanças, abordaremos os aspecto saúde, como que os moradores foram assistindo na comunidade, seus principais desafios, além de como que a pandemia irá afetar também dentro da economia, gerando uma quebra de relações entre a escola e agricultura familiar, alterando a fonte de renda da maioria dos moradores, finalizando iremos abordar a mudanças nas rotinas do cotidiano dos ribeirinhos.

2.1 Saúde

Antes de iniciamos os debates sobre a saúde ribeirinha portelense, precisamos apresentar um pequeno diagnóstico sobre a pandemia nas comunidades tradicionais da Amazônia, pois apesar da suas pluralidades, compartilham dos mesmo desafios, durante o período mais crítico da Pandemia, antes da chegada da vacina, os estados da Amazônia legal eram os dos que mais lideravam os índices de infectados pela Covid-19, Amazônia foi uma das regiões mais afetadas pelo vírus; “Não imaginávamos que em janeiro de 2021, mais de dez meses depois do registro do primeiro caso de Covid-19, no coração da floresta amazônica, pulmão do mundo, faltaria oxigênio para as pessoas internadas nos hospitais do estado do Amazonas” (PEIXOTO, VIEIRA, 2021, p. 185).

No início de 2020, o Brasil e o mundo se depararam com um mal invisível causando uma das maiores crises de saúde, o surgimento do vírus da Covid-19, desencadeou mudanças significativas na sociedade; tanto nas questões econômicas, sociais, todas as estruturas da sociedade foram afetadas. As populações que vivem na região Amazônica, e que já vinham enfrentando problemas sociais e ambientais, como desmatamento, degradação ambiental, além das desigualdades sociais, e abandono de políticas públicas por parte do Estado, passaram então, enfrentar mais a pandemia, tornar-se um duplo desafio para essas populações, como mostram os autores Castro et al;

Este desafio torna-se maior nessa região que enfrenta um crescimento populacional em franca expansão; que convive com problemas de saúde já equacionados em outras partes do Brasil; que possui um vasto território ocupado por uma população dispersa com grande diversidade étnica, ocorrência de doenças negligenciadas, presença de malária, dengue, doenças diarreicas, entre outras. Soma-se a essa realidade, a complexidade de organização da assistência, que na sua forma atual, não atende as necessidades de serviços demandados pela população ribeirinha, em termos de condições de acesso, qualidade, integralidade e equidade. (CASTRO et al 2020 p. 132).

Por não viverem isolados, e por manter constantes relações com as áreas urbanas, as comunidades ribeirinhas foram afetadas pela pandemia quase ao mesmo período da chegada do Covid-19 nas grandes metrópoles do Brasil, como nos mostra Castro, Lopes, Brondizio (2020), “The Brazilian Amazon accounts for 17% of corona infections and deaths in the country, mostly in the states of Amazonas and Pará, respectively ranked fourth and sixth in the national statistics”, todos esses estados como também o Amapá e Roraima, estados do norte do Brasil, que pertencem a Amazônia legal, sempre estiveram liderando por vários momentos o número de casos de pessoas infectadas no país. O impacto emergente da pandemia na região Amazônica pode ser observado quando os “ dados divulgados em maio de 2020, cerca de dois meses após a confirmação do primeiro caso de coronavírus no Amazonas, a doença já havia chegado a 88% dos municípios do estado, mesmo apesar das longas distâncias entre eles[...]” (LIFSITCH, 2020 apud, NETO, DOMINGOS, e SILVA, 2021 p. 164,).

Quando adentramos no cenário de combate a pandemia, percebe-se as dificuldades que muitas comunidades ribeirinhas tiveram ao acesso à saúde, a falta de serviços essenciais por parte do poder público, a pandemia apenas trouxe à tona, problemas e desafios que essas comunidades já vinham enfrentando a muito tempo, para utilizar dos serviços de saúde, que na sua maioria estão apenas disponíveis nos municípios sede, ou na área urbana, o deslocamento é feito por meios dos rios, e dependendo da distância podem variar de horas, ou até mesmo a dias. (FRAXE TJP, et al., 2007; GAMA ASM, 2016; SOUSA IS, 2009 apud Portugal et al. 2021).

De modo geral, essas condições a falta de saúde, dificuldade no deslocamento, a falta de infraestrutura mínima de saúde, contribuíram ainda mais para o agravamento da doença nessas regiões onde moram os ribeirinhos, segundo Neto, Domingos e Silva, 2021; “no cenário atual, de pandemia da Covid-19, esses problemas logísticos e de dificuldade de acesso à saúde por parte dos povos ribeirinhos configuraram um agravante no combate à doença, uma vez que o acesso à assistência médica é limitado” (CHAGAS, 2020 apud NETO, DOMINGOS E SILVA, 2021, p. 164).

Após esse diagnóstico preocupante sobre o avanço da pandemia na região da Amazônia, o cenário pandêmico dentro das comunidades portelenses não foi diferente, a prefeitura de Portel, através do decreto nº 1.330/GP/2020, 18 de março de 2020. “Declara situação de emergência no âmbito do município de Portel/PA para enfrentamento preventivo da Pandemia do Corona Vírus, declarado pela organização mundial da Saúde – OMS e dá outras providências” (Site da prefeitura de Portel, 2020).

Durante a pandemia muitas foram os desafios enfrentadas pelos moradores, iniciamos no aspecto da saúde, a comunidade não conta com um posto de saúde, o mais próximo está na vila ABC uma distância de duas horas de viagem de barco, porém os recursos materiais em saúde são limitados nesse local, diante disso, a população que necessitava de atendimento mais especializado deslocava-se de viagem até o hospital municipal de Portel.

Um dos moradores da comunidade relata sobre a saúde “nós beradeiros, que vivemos na beira do rio, podemos dar jeito na comida, corre aqui, corre ali, mas no remédio não! saúde é mais complicado, precisamos de mais assistência de saúde aqui” (Silvio¹⁰, 2022). Me solidarizo com essa fala, pois a primeira vez que peguei Covid-19, foi em uma das idas a comunidade quando estava trabalhando, lembro-me que outros colegas que viajaram comigo no mesmo barco também testaram positivos, apesar de já ter tomado duas doses da vacina, fui surpreendida com os sintomas, tive que enfrentar sozinha, e esperar os medicamentos chegarem através de familiares que enviaram de Portel, concordando com meu conterrâneo, saúde é mais complicado, está além de nossas possibilidades.

A região Amazônica de modo geral, perpassa pelas mesmas dificuldades no acesso a saúde, antes da pandemia, essas comunidades já enfrentavam limitações, e ocorrência de doenças negligenciadas como malária, dengue, falta de acompanhamento de profissionais de saúde, durante um ano trabalhando na comunidade, somente uma vez ela recebeu uma ação voltada a saúde, através das UBS¹¹ fluviais no ano de 2022, um número muito inferior para a demanda de uma comunidade grande e distante da cidade. A pandemia nos trouxe à tona problemas que essas comunidades já veem enfrentando a bastante tempo.

2.2 Economia

Neste capítulo continuaremos abordando as mudança pós pandemia, mas agora no aspecto da economia, após a confirmação do coronavírus no Brasil, seguindo as recomendações da organização mundial de saúde, várias medidas administrativas irão se desdobrar tanto sobre o município como também pela comunidade, uma das primeiras decisões consistia nas suspensões total das atividades escolares, automaticamente os programas a ela ligado como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), vínculos trabalhistas temporários dos servidores, fazendo com que as relações sociais econômicas dentro da comunidade molda-se conforme a estado e o avanço da pandemia dar desdobramentos a eles.

¹⁰ Nome fictício

¹¹ Unidade básica de saúde

Em produção econômica, as comunidades ribeirinhas no município de Portel, desenvolve a pesca artesanal de subsistência, o extrativismo vegetal de frutas regionais, como pupunha, bacuri, castanha-do-pará, mas o destaque para Portel está na extração do açaí (230 toneladas) e mandioca (129.00 toneladas) além da extração de madeira (995.000 m³), consideradas as três principais atividades econômicas no município (IBGE 2018).

Através de vários decretos municipais, que iam ser modificando conforme os avanços da doença, pois Portel foi um dos últimos município da região do marajó a confirmar seu primeiro caso de covid. Diante disso, as medidas administrativas eram tomadas, conforme a doença avançava sobre o município, como podemos observar no decreto municipal nº 1348/GP/2020 de 07 de maio de 2020 dispõe sobre a suspensão total de atividades essenciais (Lockdown), no âmbito do Município de Portel visando a contenção do avanço descontrolado da pandemia do coronavírus- Covid-19 (Site da prefeitura, 2020).

Durante esse tempo de tensões que surge no início da pandemia, através de suspensões de atividades, quebra-se uma rotina e relações sociais estabelecidas entre a escola e comunidade, todos os agentes envolvidos diretamente a escola, seja eles professores funcionários, colaboradores, agricultores e alunos viram suas rotinas serem mudadas, durante uma crise de saúde mundial.

A maior parte dos funcionários da escola são de regime contratados, além deles, os barqueiros¹² tiveram seus contratos suspenso temporariamente, até o reinício das aulas que veio ocorrer somente em agosto de 2021. Antes da chegada da Covid-19, a relação escola e agricultura familiar funcionava da seguinte forma, o principal comprador dos alimentos produzidos pela comunidade era o município, através da parceria com a escola e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da “Lei nº 11.947, de 16/6/2009, institui 30% do valor repassado pelo programa deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar” (MEC, 2021).

A escola passou a desempenhar um papel importante não só na educação como também na economia e na fonte de renda dos moradores agricultores da comunidade, onde existe uma relação intensa de dependência socioeconômica escola e moradores. Abro um parênteses nessas discursão, pois além da economia, essa alimentação produzida no próprio seio da comunidade, e que alimenta os alunos com o cardápio que faz parte da sua realidade alimentar também.

¹² Responsáveis em transportar os alunos por meio dos rios, até a escola.

Sendo assim, os agricultores e moradores da comunidade, produzem alimentos que vão desde da farinha de mandioca, como também alimentos in natura como hortaliças e frutas, além de bolos, pé de moleque, tapioca e outros. Tem o fornecimento de 15 escolas do médio até o alto rio Pacajá, como principal fonte de renda através da agricultura familiar e do programa PNAE, essa parceria teve início em 2018, com iniciativa da própria comunidade.

Esse momento pandêmico, faz com que essa relação econômica de vendas da passem por crises. No programa PNAE durante o ano de 2020, foram adotadas algumas medidas entre elas destaca-se a resolução publicada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE; 13 de abril 2/2020 consiste em vários aspectos sobre a aquisição e distribuição da alimentação escolar no período de suspensão das aulas em função do novo coronavírus Covid-19. A Resolução sugere medidas que podem ser adotadas pelo poder local para distribuição dos alimentos às famílias dos alunos.

Foram montados cestas escolar e distribuição de alimentos durante a pandemia ainda no ano de 2020, no município de Portel, para garantir a segurança alimentar dos alunos da rede pública, considerando que muitos dos moradores da comunidade são de situação de vulnerabilidade social, e necessitam dos programas de assistências sociais do governo, essa suspensão foi vista com extrema preocupação, visto que essas populações têm a merenda escolar como base de sua alimentação durante o dia. Essa interrupção representa não somente um desafio para a segurança alimentar das crianças ribeirinhas, como também os riscos de vulnerabilidade econômica e social dos agricultores e suas famílias, que dependem da compra dos alimentos que produzem pelos gestores estaduais e municipais do PNAE. (MAYA et al, 2020).

No ano de 2021, a parceria da associação com o PNAE não se manteve de forma contínua, voltando apenas em 2022, mas ainda com atrasos de contratação, isso acaba desestimulando o produtor, pois o fornecimento de alimentos da agricultura familiar dos associados da comunidade Divino Espirito Santo ainda é bastante restrito somente ao PNAE, há uma ausência de políticas públicas tanto estaduais como municipais para que se possa produzir mais alimentos, como também, diversificar essa produção, e assim garantir outras fontes de renda para os comunitários.

Sendo assim, durante a pandemia, temos funcionário desempregados, agricultores sem nenhuma expectativa de suas vendas, sem alternativas, auxílio emergencial estabelecido pelo governo federal ofertado por um aplicativo de celular que necessitava de um aparelho eletrônico

e internet, realidade distante da comunidade até então, pois a energia solar chegou na comunidade entre o final de 2021 e início de 2022, esbarrando em dificuldades de acesso à internet. Diante toda essa configuração social exposta a comunidade, eles se viram sem alternativas de subsistências, e precisavam garantir seus sustentos, a única atividade que permaneceu funcionando na comunidade, e que teve um aumento durante a pandemia, foi o extrativismo de madeira.

O aumento do extrativismo de madeiras na comunidade Divino Espírito Santo durante a pandemia pode ser explicado da seguinte maneira, o isolamento social através dos decretos municipais fez com que, quem trabalha-se com venda de farinha, extração de açaí e outros, automaticamente não puderam vender seus excedentes pois o fluxo de viagem de carga e passageiro além das aulas foram suspensos, sendo pois o extrativismo a única alternativas dos moradores que estavam tentando sobreviver durante a crise instaurada pela Pandemia da Covid-19.

Observou-se que durante esse período do aumento do extrativismo de madeira os homens da comunidade, passaram a viver mais tempo na floresta, “na mata”, quando participei das entregas das atividades remotas para os alunos, só encontrávamos as mães e as crianças, os homens assumiram esse papel no trabalho do extrativismo, a maioria sai pela manhã e chega somente final da tarde, essa mudanças fez com que os homens acabassem se excluindo de outras rotinas, para se dedicar a essa atividade.

2.3 Mudanças de rotina

O distanciamento social tem por finalidade evitar o número de novos casos e reduzir a curva de internações hospitalares. “Entretanto, para as populações tradicionais, que vivem na zona rural da amazônica (como ribeirinhos e povos indígenas) as orientações de isolamento e higiene precisam considerar as dinâmicas sociais dessas populações”. Dinâmicas essas que refletem tanto na necessidade que os ribeirinhos tem em acessar os centros urbanos próximos para obtenção de serviços, como também, as características das moradias ribeirinhas; “Dados levantados pelo SIMDE (2019), mostram que as características das moradias locais dificultam a adoção do isolamento social, uma vez que em cada domicílio, podem residir até três gerações de uma mesma família” (ANDRADE et al, 2020).

Lockdown, isolamento social, atingiu em cheio a comunidade Divino Espírito Santo, quebrando a ideia que as comunidades vivem isoladas, a relação cidade e comunidade são laços construídos e necessários, os centros urbanos são buscado para o acesso a serviços não ofertados

nas comunidades, como o recebimento de aposentadoria, benefícios, bem como a venda da produção familiar e compra de produtos manufaturados, indivíduos que preferem morar em comunidade mais distantes, porque ali já se constituíram, criaram raízes e dependem daquele ambiente com mais contato com a natureza para o seu bem estar social, porém necessitam que atendimento de saúde e mantimentos e outros serviços sociais que só encontram na cidade. De um lado a necessidade de ir até a cidade, “enfrentando burocracias bancárias, em meio às aglomerações, correndo risco de contaminação, e propagação do vírus na sua comunidade, e por outro lado, manter-se em isolamento social às custas do não acesso a estes recursos” (ANDRADE, 2020; SILVA, 2020, p. 84)

Diante disso, a ideia de que essas populações que possuem essa relação intrínseca com a floresta Amazônica, e nas suas maiorias são consideradas populações tradicionais, onde suas características podem ser descritas “em que predomina o parentesco, a parceria, o trabalho coletivo e possuem relações próprias com a natureza, fruto de adaptações, tradicionalismos e de conhecimentos tradicionais, passados por gerações” (NETO, DOMINGO E SILVA, 2021 p. 125,).

E por possuírem as características tradicionais, muitos a entendem como populações isoladas, e que suas estruturas sociais não se modificam, porém, no dizer de Fraxe, Witkoski e Miguez;

[...] é preciso entender que os povos da Amazônia não vivem isolados no tempo e no espaço, pelo contrário, sempre estabeleceram – e continuam a estabelecer – relações de trocas materiais e simbólicas entre si, com as comunidades vizinhas e com os agentes mediadores da cultura, entre o mundo rural e o urbano e a vida em escala global. [...]. A ideia de que esses povos sustentam um modo de vida estreitamente tradicional não deve ser considerada, tal como se vivessem de modo estático e congelado. (FRAXE, WITKOSKI, MIGUEZ, 2019, p. 30).

A uma ideia que muitos tem do termo populações tradicionais, é que esse tradicional se opõe ao moderno, “ está no inconsciente coletivo pensar o tradicional como se opondo ao moderno, o tradicional como vestígio do passado, o tradicional como passado, o tradicional como um atraso”. Novas configurações tem surgido com o objetivo de romper essas dimensões de conhecimento, no sentido de pensar o tradicional com novos instrumentos, nesse sentido a noção de tradicional incorpora as populações tradicionais como sujeitos sociais com existência coletiva (ALMEIDA, 2004).

Assim como no aspecto econômico, essa relação cidade e comunidade ribeirinha é essencial, é na cidade, por meio dos mercados e feiras que eles podem vender seus produtos e garantir sua subsistência. Isolar as comunidades ribeirinhas da cidade gerou um impacto

bastante negativo. Como também falta de alternativas para essas comunidades, ou até mesmo planos emergências voltados a sua realidade, que lhes garantisse alguma forma de sustento, os ribeirinhos continuam resistindo dia após dia, contudo as políticas públicas do Estado durante a pandemia, volta-se a alguns setores empresarias, pautados na ideia de produção e lucro, e não alcançaram as populações tradicionais que vieram de uma outra realidade e contexto (ORTIZ, AMARAL, 2020).

Dentro das mudanças de rotinas e econômicas da comunidade Divino, observou-se que após o fortalecimento da extração da madeira, a fabricação de farinha diminuiu na comunidade. Hoje são poucos os moradores que trabalham com o a roça, a maioria que ainda produz, é somente para o consumo próprio, colocando em risco a base da alimentação portelense. Através de uma entrevista feita com o técnico da Emater, após esses momentos críticos da pandemia, houve uma falta de maniva de mandioca em muitas comunidades ribeirinhas em Portel, como também na comunidade Divino, quem precisava plantar roça, necessitava comprar as manivas.

No ano de 2022 muitos que estavam com suas roças paradas, voltaram a plantar novamente, motivados por dois aspectos; a falta de farinha para o consumo dentro da comunidade, como também o aumento do significativo do valor da farinha em Portel. A mudança de rotina e o início do trabalho foi se constituindo aos poucos dentro da comunidade, antes da pandemia, a fabricação da farinha predominava, porém aos poucos os trabalhadores foram deixando de lado, principalmente pois não conseguiam escoar essa produção, alterando a cadeia produtiva, afetando o escoamento, o acesso e a distribuição da produção, oriunda destas diversas atividades produtivas locais. (SILVA, 2020).

Sobre a segurança alimentar dentro da comunidade Divino Espírito Santo, de acordo com o diagnóstico do técnico da Emater, pode-se considerar que houve um retrocesso na segurança alimentar dentro da comunidade, pois antes viviam como agroextrativista, caça e pesca e criação de pequenos animais, e na pandemia esse elo de produção foi quebrado, sem previsão de quando iria voltar ao normal e sem expectativa de vender seu produto, migrando para outras áreas como a extrativismo da madeira, como sua única forma de subsistências, diante disso muitos passaram a depender totalmente dos regatões que levam alimentos como frango, mortadela e enlatados.

Percebemos o impacto emergente da pandemia dentro das comunidades ribeirinhas, a realidade da precariedade da saúde nessa região, é vivenciada na pele por todos, do interior do Amazonas, ao interior de Portel navegam-se as mesmas adversidades. Observa-se que além de

sofrer com o vírus, a comunidade dispôs de uma série de questões econômicas, desafios enfrentados pelos moradores interrompendo no desenvolvimento de suas cadeias produtivas, desemprego, frustrações, desestímulo ao produtor, tudo isso fez com que sua segurança alimentar fosse posta em risco, após a quebra de um elo, que mantinha a comunidade funcionando dentro da sua normalidade, ela foi forçada a buscar novas formas de subsistências, resistindo assim dentro de uma nova realidade frente a pandemia.

Diante disso, no próximo capítulo iremos abordar as instituições sociais formadas dentro da comunidade, e como as mulheres foram linha de frente diante dessas mudanças causadas pela pandemia.

CAPÍTULO 3 – A Comunidade do Divino e suas instituições sociais internas.

Quando falamos da Amazônia, muitos pensam logo em seu ambiente físico, natural, não à toa, por se trata de uma área rica em biodiversidade, a maior bacia hidrográfica do mundo, como também a maior floresta tropical. Toda essa riqueza, essa região vem despertando interesse de capitalistas. Na mesma linha de pensamento, Reis (1997) afirma que, durante todo processo de formação e desenvolvimento, a região amazônica sempre foi vista como imensa reserva de matérias-primas. Entende-se que até os dias atuais, as políticas públicas trataram o espaço amazônico sem considerar seus sujeitos, as formas de vida e seus saberes passados de geração em geração, as organizações de suas comunidades, demonstrando pouco interesses pelos atores sociais que dão vida a essa região (CHAVES 2001; 2009, apud LIRA, CHAVES, 2015).

O conceito de comunidade tem sido muito debatido dentro da ciências sociais, constituindo uma das unidades mais complexas, Weber (1973) quando analisa os significados de “relação social” ele explica como uma relação social denomina-se “relação comunitária”, que, “repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo”. Como também para Tönnies (1947), que caracteriza a as relações das comunidade, “são pautadas pelo grau de parentesco, vizinhança e amizade”. Portanto “ a comunidade é o espaço em que se solidificam as relações sociais, e modos de vida específicos, bem como, formas de gestão apropriadas dos recursos locais, o que evidencia o importante papel da cultura” (LIRA, CHAVES, 2015).

Parte-se de um entendimento que as comunidades tradicionais da Amazônia, organiza-se dentro dessas relações pautadas nesse sentimento de pertencimento, como uma forma de gestão apropriada baseada em suas vivências com o território. Considerando que a comunidade Divino Espírito santo é uma comunidade tradicional ribeirinha, complexa, pautada nas dimensões políticas, ideológicas, socioculturais, tensões e mudanças. Neste capítulo pretendo abordar a organização das instituições sociais internas da comunidade Divino Espírito Santo, como que a igreja, a associação, lar e escola são dirigidas e qual o papel as mulheres assumem dentro da comunidade, a liderança feminina na diversidade de tarefas em diversos espaços e momentos na comunidade.

A comunidade pode ser organizada em quatro instituições sociais; igreja, que possui sua dirigente, ministra, tesoureiro, secretária, porteira e outros cargos eclesiais dentro da igreja. A escola; única extensão do município dentro da comunidade, ligada a uma escola referência na Vila ABC Pacajá, chamada Walter Garcia, possui direção, coordenação, e professores e

funcionário de apoio. Associação; redigida por seu estatuto, onde os membros associados deliberam de forma democrática sobre as decisões e ações tomadas. E a organização social familiar.

3.1 A instituição religiosa

No que tange, ao aspecto religioso, conforme Fraxe (2009), as comunidades tradicionais, apresentam uma rica variedade de mitos, concepções, crenças e práticas, considerando a influência religiosa indígena, africana e portuguesa, segundo a autora “os santos populares católicos assumem uma importância significativa para a determinação da vida cotidiana nessas comunidades, uma vez que esses santos são aqueles de quem se obtêm os “milagres” e “graças”, por meio de promessas”. Dentro da comunidade Divino, se faz presente uma igreja protestante, porém seus vínculos estão mais fortalecidos com a comunidade evangélica no igarapé do Arataú, alguns minutos de distância da comunidade. (LIRA, CHAVES, 2015, p. 74).

Sobre a organização da instituição religiosa católica da Comunidade Divino Espírito Santo, desdobra-se sobre os membros da igreja, que organizam, além de eventos religiosos, bingos, torneios, e tendo como objetivo sempre conseguir arrecadar fundos para serem usados na igreja. Um evento bastante importante dentro do aspecto religioso é a festividade do Divino Espírito Santo, que geralmente ocorre no primeiro semestre do ano. Na semana antes da programação são feitas limpezas do arraial, os comunitários se reúnem em mutirões para limpar a igreja, seu espaço externo.

O dia do evento ocorre sempre aos domingos com programação o dia inteiro, inicia-se pela celebração da palavra, seguida do bingo organizado pela igreja. Logo após, começa o torneio de futebol feminino e masculino com premiações, são feitas vendas de refeições para os que participam da festividade. Durante o evento observa-se bastante movimentações de rabetas, embarcações, pessoas, muitas famílias chegam cedo e passam o dia inteiro no local participando e prestigiando o evento, que além de ser religioso propicia o lazer da localidade.

Observei muitos relatos dos moradores sobre uma programação especial que acontecia conhecida nas comunidades católicas tanto do médio até alto Pacajá chamada Encontro de Comunidades, segundo eles o evento envolvia um número muito expressivo de pessoas, toda ano era escolhida uma comunidade católica que organizaria o evento, e todas as restantes se deslocariam até lá e participariam da festa. A festividade desdobrava-se em celebração da

palavra, bingos, torneios e bailes dançantes. Porém, devido a pandemia, os encontros foram interrompidos, e até agora início de 2023, ainda não conseguiram retornar a sua programação.

3.2 A Associação APAMP e a coletividade

Em relação à organização política, as formas de organização das comunidades tradicionais denotam a existência de identidades políticas diferenciadas, e que a principal finalidade da organização sociopolítica está na conquista pelos seus direitos, podemos identificar em consonância com Chaves et al (2009), algumas configurações que marcam associação entre organização política e produtiva, tais como, associações comunitárias, os mutirões de trabalho, compartilhado por todos os membros da comunidade, pensados na coletividade, tais estratégias, se estabelecem por meio de solidariedade e ajuda mútua, entre os comunitários. (LIRA, CHAVES, 2015).

Sobre a organização das entregas das merendas, feita firmada por meio da Associação APAMP, ocorre sempre de maneira coletiva, próximo ao dia da entrega dos alimentos às escolas, as mulheres me refiro especificamente à elas, por serem a maioria dentro da associação, e as principais responsáveis pela entrega de alimentos processados como pé de moleque, mingau, bolo, etc. começam a se organizar, geralmente quando sai uma demanda muito alta de entrega, elas se reúnem para a produção desses alimentos em vila, local onde moram vários membros da mesma família, para produzirem de forma coletiva as demandas o fornecimento de merendas ao PNAE. Nesse mesmo local, está sendo construído uma casa de farinha, para ser utilizado de forma coletiva pelos agricultores associados

Essa solidariedade estende-se no processo de entrega desses alimentos, muito emprestam utensílios, embarcações para a entrega, também a distribuição dos cardápios, para em cada membro associado sempre, dividido de forma igual, conforme a produção e especialidade de cada produtor. No ano de 2022, em uma das divisões de cardápio, uma membra da associação, pede para que fique com um número maior de produção de alimento, pois precisava pagar um empréstimo, após deliberado, a associação fornece a produtora essa possibilidade.

A o plantio da roça, e a fabricação de farinha, também são exemplos dessas organizações políticas e produtivas, utilizando-se aqui de um modalidade de organização do trabalho que consiste em;

A prática do ajuri é costumeira nas comunidades de populações tradicionais, consistem em uma técnica/método de trabalho coletivo, que visa auxílio mútuo entre

as famílias no roçado, plantio, colheita e outras atividades onde se fazem necessárias a participação de várias pessoas, constituindo um espaço de solidariedade, sociabilidade e responsabilidade, entre os comunitários, provendo sua vivência com meio ambiente rural e interação social econômica, política e espiritual (MERIGUETE, ARAÚJO, SOUSA, 2016, p. 24).

Essa prática na comunidade Divino é conhecida como convidado, onde moradores que trabalham as relações de laços de parentesco e compadrio, ajudam-se na tanto em uma derrubada de roça¹³, ou como também em eventos religiosos, e mutirões que auxiliam um trabalho coletivo, que exige grande força de trabalho e precisam de um auxílio mútuo.

3.3 a organização social familiar ribeirinha e o protagonismo feminino

Quando se investiga esses papéis no modo de vida dos grupos ribeirinhos, tendem a desenvolver suas atividades em torno do núcleo familiar, e modo de produção extrativista, agricultor, roceiros, distribui o trabalho no interior da família, em que todos contribuem. Sobre a organização familiar ribeirinha, na Comunidade Divino Espírito Santo, os papéis dos homens restringiu-se mais ao ambiente da “mata” floresta, garantindo a subsistência econômica das famílias e as mulheres por passarem mais tempo com os filhos, seja em casa, na roça, nos eventos religiosos, designou-se a elas o papel de educar os filhos.

Os espaços ocupados pelas mulheres dentro da comunidade podem ser explicados da seguinte forma: além das principais lideranças dentro da comunidade, as mulheres também ocupam um papel importante dentro do lar, na igreja e na associação. É das mulheres a responsabilidade de manter a agricultura familiar funcionando, apesar dos homens participarem do processo da roça, observei que as mulheres que possuem o papel de mantê-las, os homens divide seu tempo mais dentro das floresta “na mata”, e fica com a mulher a responsabilidade de manter a agricultura e a venda desses produtos.

O trabalho realizado em conjunto por toda família, tem como principal protagonista e articuladora do processo as mulheres, que são, em sua maioria, polivalentes e assumem diversas atividades na casa e na comunidade, as quais podem ser destacadas: trabalhar no roçado com o preparo da terra e plantio de mandioca para produção da farinha; participar de grupos de produção; se envolver nas atividades políticas e culturais da comunidade, organizando e mobilizando a comunidade, além dos afazeres domésticos (RODRIGUES et al, 2015, p. 127)

Como observamos, cada uma das instituições são espaços de convivências, deliberações e demonstram o protagonismo das mulheres as atividades desenvolvidas, que não se restringe somente aos cuidados do lar, mas também a organização geral da comunidade Divino Espírito Santo, sobre essas visibilidades e reconhecimentos da mulheres ribeirinhas, através dessa

¹³ Início do processo de limpeza do local da roça, que exige bastante força de trabalho.

diversidade de atividades, seja no aspecto econômico, social, político, e religioso, produz um protagonismo, conseguindo alcançar certa visibilidade e reconhecimento (RODRIGUES et al, 2015).

CAPÍTULO 4 – A FUNÇÃO DA ESCOLA DENTRO DO TERRITÓRIO

Neste capítulo, irei abordar de forma detalhada sobre a instituição social escola, e como ocorre a função da escola dentro do território ribeirinho. Para isso, iniciarei como uma breve explanação geral sobre a educação na Amazônia e seus desafios, como que a escola Divino Espírito Santo foi impactada pela Covid-19, a problemática da evasão escolar, os desestímulos dos alunos durante a pandemia, como também o retorno presencial, quais alternativas a escola irá propor para superar essas problemáticas.

Várias justificativas me levaram a escolhe tratar especificamente dentro de um capítulo a instituição social escola, entres elas; a construção da minha formação como licenciada em Sociologia, por ser educadora e me envolver durante o ano letivo de 2022 na escola, pude perceber alguns desafios e transformações que a escola vinha passando, por entender a educação de qualidade como uma garantia de direito de todos, e nesse caso a educação ribeirinha agindo na formação de um cidadão disposto a entender e defender sua realidade local.

4.1 educação na Amazônia e pandemia.

Trabalhar a educação na Amazônia, constitui uma grande responsabilidade, pois é necessário entender a complexidade do ensino na territorialidade amazônica, que perpassam pela diversidade da população, questões geográficas, ambientais, e relações culturais, por isso muitos são os desafios na educação pública das escolas da Amazônia.

Quando analisamos a realidade das escolas da zona rural da região Amazônica, verifica-se que a maioria das escolas do campo contam com poucos recursos, muitas delas não possui um espaço adequado para receber essas crianças e adolescentes que necessitam de uma educação de qualidade. Não sendo essa apenas uma realidade local, mas que perpassa pelo descaso que a educação da zona rural vem passando desde do início do processo de redemocratização no Brasil, pois a educação para os espaços rurais sempre esteve atrelada a uma educação precária, com pouco recursos Ferreira, 2010 argumenta que “os programas educacionais desenvolvidos no país eram (e muitas vezes ainda são) pensados de forma vertical e elaborados sem a participação dos sujeitos inseridos nesse processo” (FERREIRA, 2010 p. 53).

A educação do campo, configura-se como uma conquista mediante a lutas de movimentos sociais, de trabalhadores, homens e mulheres que correm em contraposição a esse lógica historicamente estabelecida. Na tentativa de ir ao encontro de políticas públicas, que possa construir a educação do campo de forma horizontal, que envolva a construção de um

currículo que busque atender as especificidades de seus territórios. Para se buscar uma educação emancipatória, é fundamental que o currículo “[...] reconheça as diversidades humanas; se interesse por superar as várias desigualdades mantendo a valorização das diferenças; que promova um pensar crítico sobre o mundo” (PONCE; LEITE, 2019, p. 795) como condição essencial para uma sociedade inclusiva, justa e democrática (FRANCO, PONCE, 2022).

4.2 Escola Divino Espírito Santo e a Pandemia

Durante a pandemia, a escola Divino Espírito Santo, também sentiu as mudanças diretas dentro do cenário educacional, agora, tende a enfrentar novos desafios a partir dessa nova configuração proposta frente as mudanças sociais que estavam ocorrendo no mundo inteiro. Com as aulas paradas desde de março de 2020, retornaram somente em agosto de 2021, ainda de forma remota, e entregas das atividades nas casas de cada alunos, ficou na responsabilidade dos professores se deslocarem até as casas de todos os alunos e entregarem a eles um caderno de atividades e lhes orientarem acerca das resoluções.

Somente em setembro de 2021, houve o retorno presencial das aulas na escola, porém, logo a ausência de muitos alunos foi percebido pelos professores. Os primeiros motivos citados para essa ausência era a dificuldades que estava tendo em encontrar pessoas dispostas a transporta os alunos pelos rios até a escola, esse transporte se dá por meio de pequenas embarcações por intermédio dos barqueiros.

“A “água que leva” conduz crianças, educadores/as, merendeiras, gestores/as dos territórios rurais até as escolas do campo, espaços que envolvem diversidades sócio-étnico-raciais, de territórios, bem como concepções “[...] de conhecimento, de cultura, de saberes e valores, de processos de socialização e aprendizagens” (ARROYO, 2007, p. 13 apud FRANCO, PONCE, 2020, p. 02). O rio é o principal meio para chegar as escolas, os barqueiros que transportam esses alunos torna-se elementos central para as normalidades das aulas. Essa relação com o rio e a escola são fundamentais dar continuidade no processo escolar, e essas problemáticas de logísticas de transporte dentro da comunidade precisam ser revistos, pois;

A escola ribeirinha é, dentro da realidade amazônica, uma escola que nasce e se desenvolve à beira dos rios e lagos que, por sua vez, comandam o cotidiano de homens e mulheres, que pautam suas vivências culturais e sociais, principalmente na relação com o rio. Ou seja, o dia-a-dia dessas comunidades e, conseqüentemente, dessas escolas, se guia por essa relação direta e imbricada com o rio (VICTÓRIA p. 32, apud FERREIRA, 2010, P. 59).

A realidade hídrica amazônica, além de fazer parte das demanda pedagógicas da escola através do transporte, também está ligada aos aspectos de vida, cultura, resistência, subsistência

e lazer. Ao questionar sobre a importância dos rios para os alunos, em uma das aulas de estudos amazônicos, que tratava sobre a maior bacia hidrográfica do mundo e a Amazônia, pergunto a eles sobre o que aconteceria caso o rio Pacajá desaparecesse, as respostas foram rápidas e objetivas, “ nós deixávamos de existir professora”, “ não ia ter mais banho, peixe, não íamos poder andar de rabeta”. Percebe-se o quanto o rio constitui-se como um dos principais elementos de sua territorialidade.

Além das problemáticas logísticas durante a pandemia, ainda pendurou-se o desafio da evasão escolar, pois apesar de um primeiro momento conseguir resolver de forma provisório o transporte escolar, ainda sim, continuou um número elevado de evasão escolar. Os motivos relatados pelos alunos eram que, muitos estavam mais empenhados no processo de extração de madeira, e não ter tempo para ir estudar, e outros não se sentiam mais motivados para ir estudar, devido ao longo período afastados da sala de aula.

A evasão escolar, não é somente uma realidade local, ainda persiste como uma das principais dificuldades da educação do campo, na escola trabalhada nesse texto, nas séries iniciais o número de alunos frequentando é bastante expressivo, visto que frequência escolar é uma das obrigações dos programas de assistências do governo às pessoas de vulnerabilidade social, porém, ao irem avançando as séries é possível notar um número maior de desistência, sem contar o ensino médio que é oferecido somente no município de Portel, pouquíssimos alunos conseguem completar o ensino básico.

Os dados das escolas que estão situadas no meio rural mostram inúmeras desvantagens, desde distorções idade/série até o quantitativo daqueles alunos que permanecem fora da escola mesmo em idade escolar. Silva et al (2006, p. 71) destaca dados importantes para a reflexão. Nas zonas rurais, 6% das crianças de 7 a 14 anos estão fora da escola, comparado a 3% nas zonas urbanas. Dos jovens de 15 a 18 anos, 65,3% estão matriculados, mas 85% deles apresentam defasagem de idade/série. Nas zonas urbanas a taxa de matrícula desse mesmo grupo etário é de 77,1%, sendo que 65% apresentam defasagem idade série. O número médio de anos de escolarização da população adulta (com 25 anos de idade ou mais) residente na zona rural é de apenas três anos, comparado a 6,5 anos nas áreas urbanas. Um terço (36%) da população adulta que vive no meio rural é considerada analfabeta. (PRAZERES, 2013 p. 359.).

Vamos observar no gráfico a seguir que o número de desistentes é bastante expressivo principalmente nas turmas dos anos finais 7º 8º e 9º ano, como também nas turmas de EJA, porque durante a pandemia, esses alunos jovens entre 14 a 19 anos, e adultos, substituíram a rotina escolar por outras atividades como manejo de madeiras.

Figura 06: gráfico sobre rendimentos escolar no período de 2021.



Fonte: Secretária escolar Divino Espírito Santo, 2021.

4.2 O retorno do ensino presencial

A educação do campo, a Amazônia vem se modificando, estando em constante transformações, nos espaços ribeirinhos existem lutas, tensões e reivindicações das pessoas que lá residem, e as conquistas da educação do campo, conseguem aos poucos serem adquiridos, a Amazônia é um local de constante conflitos, que está em constantes mudanças, o retorno presencial das aulas, irá ser um grande desafio dentro do aspecto educacional, sobre esse aspecto do campo vivo e em movimento Prazeres afirma que;

Nesse sentido, Caldart (2000,p. 41) afirma que o campo no Brasil é um espaço de tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores e trabalhadoras da terra que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos. Esse movimento percebe que é a escola que deve a ele se ajustar, em sua forma e conteúdo, aos sujeitos que dela necessitam; é a escola que deve ir ao encontro dos educandos, e não o contrário. (PRAZERES, 2013, p. 363).

Por entender que a escola que deve ir ao encontro dos educando e não ao contrário, como nos afirma Prazeres, partimos da ideia que o retorno presencial da escola Divino Espírito Santo depois de quase dois anos parados, precisaria se adaptar a essas novas transformações e com uma missão muito importante, consegui trazer de volta esses alunados que estavam afastado do seu ambiente escolar, com o auxílio das práticas pedagógicas.

Diante disso, começa-se pensar um currículo escolar que possa acolher esses alunos e despertar neles o desejo de continuar ou retornar aos seus estudos. Além da criação de um novo

espaço dentro da escola, voltado para um projeto de uma biblioteca comunitária, para que eles pudessem ter um local de estudo para além da sala de aula.

No ano de 2022 a escola Divino Espírito Santo, contou com 189 alunos matriculados, e dividido em nove turmas, distribuídas nos turnos da manhã, tarde e noite, a tabela a seguir nos mostram de forma mais detalhada essa divisão de turma e alunos;

Tabela 01: relação alunos e séries, 2022.

Nº	Turno	Turma	Matriculas
1	Manhã	Pré escola I e II	17
2	Manhã	1º e 2º ano	21
3	Manhã	3º ano	15
4	Manhã	4º e 5º ano	14
5	Tarde	5º ano	15
6	Tarde	6º ano	23
7	Tarde	7º 8º e 9º	29
8	Noite	1º e 2º ciclo EJA	26
9	Noite	3º ciclo EJA	29
	Total		189

Fonte: secretaria da escola, 2022.

Sobre a estrutura da escola, ela ainda não possui um prédio próprio, funciona em um salão amplo, meia parede cedido pela comunidade católica do Divino, e a manutenção é feita pelo município, formando-se quatro salas divididas por paredes móveis, o espaço da nova biblioteca é uma casa de madeira que servia como uma sala da educação infantil. Essas são as realidades das maiorias das escola do campo, que só conseguem funcionar em parcerias com a comunidade, sobre essas precariedade nas estruturas do ensino das escolas do campo, promover as adequações as estruturas físicas das escola do campo, não somente são necessárias como de vital importância para os processos educacionais que se desenvolvem no campo. (PRAZERES, p. 364,2013).

Sobre as programações e projetos realizadas no decorrer do ano pela escola, no mês de junho, a escola contou com uma programação especial, a continuação no seus grupos de grupos de danças de quadrilha e carimbó para o período junino, que estavam parados desde do início da pandemia. Os Roceiros do Pacajá, grupo de quadrilha e Pérola do Pacajá, grupo de carimbó

mirim se apresentarem tanto sua comunidade com o terreirão do Divino, como também viajaram a convite de outras comunidades para se apresentarem.

Durante os meses de maio e junho, organizaram-se vários mutirões com o objetivo de estabelecer o funcionamento de uma biblioteca comunitária dentro da comunidade, após muitos esforços dos alunos, professores, direção, comunidade e doações, foi possível organizar um espaço com bastante livros que tinha um objetivo melhorar a prática da leitura dos alunos e tornar um espaço a mais de aprendizagem, para que eles pudessem sair um pouco da rotina de sala de aula e mergulhar no mundo da imaginação das histórias dos livros. No mês de setembro a escola participou dos jogos estudantis Portelenses, (JEPS) no município de Portel, o futebol se constitui como a prática esportiva favorita entre os alunos, e é a principal forma de lazer entre os moradores da comunidade, tanto feminino como masculino.

Durante o mês de novembro, a escola Divino Espírito Santo participou da feira de ciências no Município de Portel, foi a única escola do seu núcleo a se inscrever e apresentou projetos na linha da Mecânica “ uma maquete movida a energia eólica” e projeto na robótica “ um robô seguidor de linha”, a justificativa pelo professor responsável seria que ao observar a chegada da internet e energia solar, os alunos precisavam focar mais seus conhecimentos principalmente na robótica, que poderia ser trabalhado com mais facilidade dentro da sala de aula.

A chegada da internet dentro da comunidade, vem modificando as rotinas dos jovens e adultos, e observei que muitos alunos, passavam bastante tempo em jogos online e no celular, durante a realização do projetos, pude observar o empenhos dos alunos na realização das atividades que envolvem uso de TIC, tecnologia de informação e comunicação. O resultado de tal feito foi a duas premiações, conseguindo alcançar os segundos lugar em cada categoria, resultado este de grande importância educacional para alunos, funcionários e comunidade em geral.

Pensar um currículo escolar onde os alunos da escola Divino possam ser os protagonistas, trabalhar a educação partindo da realidade deles, escola como mediadora de conflitos, abrindo oportunidades aos jovens, trabalhando o esporte, a dança, a cultura a leitura, e projetos envolvendo a robótica, criar novas experiências, e protagonistas de seus processos educacionais;

Para Arroyo (1999, p. 32) “A Educação do Campo deve incorporar uma visão mais rica do conhecimento e da cultura, uma visão mais digna do campo, que será possível se situamos a educação, o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a

cultura como direitos”. Para este autor, a luta situa-se no campo dos direitos que foram historicamente negados, o direito do trabalhador à educação. Esses direitos serão garantidos a partir de uma nova forma de pensar, entender e fazer a educação do campo, na busca de desconstruir a imagem das escolas do meio rural como atrasadas, pobre e fora do lugar no projeto de desenvolvimento do país. Para isso, deve haver um esforço para mudar a concepção que se tem do campo. (PRAZERES, 2013, p. 358).

Essas concepções de currículo dentro da educação do campo, vai contra o estereótipo que o ribeirinho é alheio a tecnologia. É necessário pensar uma educação transformadora, que trabalhe os aspectos e a realidade da comunidade, sua especificidade, um currículo voltado aos desafios da comunidade, e também que enalteça suas memórias, seu tempo, seu lugar, as práticas culturais da comunidade Divino Espírito Santo devem se manter constante, isso só é possível se os jovens manter vivas suas culturas e costumes, mas como manter viva suas memórias culturais locais, sem se afastar do mundo globalizada, da tecnologia, afinal eles não estão isolados, mas sim conectados, qual seria o papel da escola e do currículo pedagógico para enfrentar esses desafios?.

É necessário pensar um currículo que trabalhe todas essas lacunas já existentes e que se intensificaram diante a pandemia dentro da comunidade, a escola exercer um papel importante podemos melhor compreender essa relação quando adentrarmos as ideias freirianas, os princípios de uma educação emancipadora, a partir da necessidade que os educadores tem de refletir sobre a própria prática, objetivando qualificá-la sempre. (ALMEIDA, BARCELOS, GOMES, 2021, p. 7).

Refletir sobre a prática docente, sobre os currículos, sobre as transformações em que a comunidade passa, ter um olhar mais delicado, pensar em uma maneira de que as práticas pedagógicas de ensino sejam voltadas tanto as questões sociais, a realidade ribeirinha, às memórias e culturas locais, mas que também envolva a tecnologia, internet, comunicação que a partir da chegada da energia solar e internet, tornou-se parte das rotinas dos alunos, para que a educação ribeirinha ensinada dentro da comunidade Divino Espírito Santo, seja uma educação emancipadora, dando autonomia dos sujeitos que ali participam. A escola deve chamar as pessoas à participação, ao conhecimento das necessidades e dos interesses da sociedade, onde a escola é vista como um espaço de criação, de irradiação, de cultura popular, um espaço, portanto de interlocução social (SILVA, 2021, p. 58).

A escola passou-se a ter um papel de mediadora dentro desse espaço de conhecimento, para além das barreiras pós pandemia, sua função dentro do território rompe-se somente ao ensino na sala de aula, precisam ir ao encontro dessas ideias que as escolas do campo são

atrasadas e aleias a tecnologia, e isso ser feita de dentro para fora, esse movimento precisa-se nasce dentro das escolas ribeirinhas, partindo da participação dos sujeitos inseridos nesse processo.

Neste capítulo, muito além de retratar as falhas e os problemas das escolas do campo, que são inúmeras, busco um tipo de investigação epistemologicamente mergulhada no cotidiano escolar Divino Espírito Santo, na tentativa de ir além do já sabido, como que os professores e professoras atuam em criarem novas formas e maneiras de ensinar a frente das transformações a quais a comunidade vem perpassando (Peixoto, Vieira 2021, 184).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que podemos concluir, no período pandêmico a comunidade Divino Espírito Santo, esteve durante todo processo tentando sobreviver aos desafios expostos, suas transformações sociais desdobram-se sobre sua economia, rotinas no aspecto da saúde, instituições sociais, e escola. Diante disso, ela continuou adaptando-se as transformações e buscando soluções para tentar amenizar os impactos sofrido.

A realidade social complexa da região Amazônica, aliadas a fatores socioeconômicos extremamente desiguais, tem se transformado em barreiras ao enfrentamento da pandemia, especialmente ao que tange a saúde, economia, e social, tornando essas populações tradicionais ainda mais vulneráveis, uma vez que potencializa aspectos de desigualdades

A região da Amazônia, foi uma das regiões mais afetadas durante a pandemia, reflexo da falta de políticas públicas de saúde voltadas as comunidades tradicionais, antes a pandemia enfrentavam vários problemas sociais, desmatamento, e desigualdades sociais, um conjunto de abandono de políticas públicas, enfrentar mais a pandemia, tornou-se um desafio ainda maior. A comunidade Divino Espírito Santo, enfrentou dificuldades no acesso a assistência de saúde durante a pandemia, tanto na falta de medidas que vissem como assistência médica, informações sobre autocuidado durante a pandemia, destruições de insumos higiênicos, e até medicamentos, reflexo que as ações previstas pelo sistema de saúde (SUS), não chegam para todos, portanto muitas comunidades ribeirinhas da Amazônia são negligenciadas ou não recebem assistência adequada à saúde.

As mudanças econômicas na cadeia produtiva fez com que a autonomia financeira das famílias fossem impactadas, uma vez que, as suspensões das atividades essenciais interrompe um elo de relações estabelecidas. Os agricultores pararam de vender para as escolas, para as feiras mercados, sem expectativas, também parou-se a produção de farinha. O isolamento social não se encaixa no contexto de muitas comunidades ribeirinhas, em que uma vez que em “cada domicílio podem residir até três gerações de uma mesma família”. E por precisaram manter constante relações com a cidade, para obtenção de serviços essenciais, que põe em risco até a sua própria segurança alimentar (Andrade et al., 2020).

As mudanças frente a pandemia, não se limitaram somente no aspecto econômico, dentro das instituições sociais, também foi possível analisar essas mudanças, dentro do aspecto religioso, eventos como o Encontro de Comunidade, que é um importante na medida que

fortalece os laços entre as comunidades do rio Pacajá, em seus relatos, o sentimento de saudades desse evento é sempre perceptível.

Na associação APAMP, os agricultores tiveram que se desdobrar sobre várias barreiras, e busca-se novas formas de subsistência para suas famílias, durante os períodos parados, muito associados acabaram se afastando por não acreditarem que o fornecimento de merendas através do PNAE normalizaria, os ribeirinhos tem grande interesse em trabalhar com a agricultura familiar, e querem negociar com mais políticas públicas e não somente limitados a um programa, os gestores precisam olhar com bons olhos a agricultura familiar dentro do município de Portel.

Na aspecto de organização familiar, a pandemia fez com que os homens acabassem limitando seus espaços dentro da comunidade somente a floresta, na extração de madeira. Ficou as mulheres o papel de resistência dentro das principais instituições sociais presente na comunidade, as lideranças da comunidade, da associação, do lar, e também frente à igreja, assumiu-se a elas a responsabilidades políticas e organizacionais da comunidade, e fortalecer os laços sociais dentro da comunidade, o protagonismo das mulheres foi fundamental para que pudesse unir frentes de resistência as transformações da pandemia.

Dentro dos aspecto educacional a temática das escolas do campo precisa estar cada vez mais inseridas na pesquisa, na universidade, nos debates, a educação desenvolvida a beiras dos rios, igarapés da floresta amazônica precisa de mais atenção. Diante disso, devemos coletivamente assumir o compromisso de inserir na universidade e nos debates esse tipo de educação peculiar que está sendo vivenciado pelos sujeitos, sejam eles, professores, educandos, comunitários que estão inseridos nesses espaços, às vezes isolados, e que precisam de apoio teórico e metodológico para ter suas lutas e desafios visibilizados, e que também é o anseio dos próprios ribeirinhos.

A escola passou por longos períodos parados, alternando com ensino remotos, durante esse período, os alunos acaram se distanciando, perdendo as vivências com a escola, a evasão escolar ficou clara depois da pandemia, muitos alunos estavam com dificuldades para voltar com suas rotinas escola, principalmente os jovens e adultos, dos anos finais e EJA, que supriram o tempo das aulas por outras rotinas.

Diante disso, a escola começou a rever suas práticas pedagógicas voltadas a projetos que despertassem esse alunado ao ambiente escolar, como a dança, esporte, feiras científicas, e leituras, a escola passou a ser uma mediadora de conflitos para além das barreiras pós pandemia.

Buscando o protagonismo dos seus alunos, construindo um currículo para que a educação ribeirinha ensinada dentro da comunidade Divino Espírito Santo, seja uma educação emancipadora, dando autonomia dos sujeitos que ali participam.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sebastião Moraes de; Uma Península no Marajó por Sebastião Moraes de Abreu – Portel, 2014.

ALMEIDA, de Ferreira Sara, BARCELOS, Canachi Daiane, GOMES, Ribeiro Danila. **Educação do campo como expressão do legado de Paulo Freire: Educar para a liberdade na licenciatura por meio da Pedagogia da Alternância e do projeto temático.** Práxis educativa 2021.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Elizabeth Azevedo. **Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais: Quilombolas do Rio Pacajá, Portel Pará, 22 / coordenação geral do projeto, – Manaus: UEA Edições, 2014.**

ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos De Territorialização e Movimentos Sociais,** 2004.

CASTRO, F.; LOPES, R. L.; BRONDIZIO, E. S. **A Amazônia Brasileira em Tempos de COVID-19: Da Crise à Transformação?** Ambiente & Sociedade. São Paulo, v. 23, p. 1-11, 2020.

CASTRO FF, SOUZA CRS, DINIZ CX, PARMEJANI EP, SANTOS FS, NASCIMENTO JN, et al. Idosos ribeirinhos da Amazônia Brasileira no enfrentamento da covid-19. In: Santana RF (Org.). Enfermagem gerontologica no cuidado do idoso em tempos da COVID 19. 2.ed.rev. Brasília, DF: Editora ABEn; 2020. p 131-138. (Serie Enfermagem e Pandemias, 2).

CARMO, Eunápio Dutra do. **O território educa e politiza na(s) Amazônia(s): os processos sócio-culturais da Comunidade Nova Vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena / Eunápio Dutra do Carmo; orientador: José Maurício Arruti; coorientadora: Sônia Maria da Silva Araújo. – 2010.**

DA SILVA, R. J., DOS SANTOS, J. P., VIANA, F. M. F., OLER, J. R. L., E STEWARD, A. M. (2020). **Impactos da COVID-19 nas cadeias produtivas e no cotidiano de comunidades tradicionais na Amazônia Central.** *Mundo Amazônico*, 11(2), 75-92.

FERREIRA, Jarliane da Silva. E o rio, entra na escola? Cotidiano de uma escola ribeirinha no município de Benjamin Constant/AM e os desafios da Formação de seus Professores. - Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; MIGUEZ, Samia Feitosa, **O ser da Amazônia: Identidade e invisibilidade,** revista Amazônica/Artigos.

FRANCO, Zilda Gláucia Elias; PONCE, Branca Jurema. **Diálogo entre currículo e territórios das crianças ribeirinhas.** Revista Debate em educação, Vol. 14 | Número Especial | 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE, LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo S. Rodrigues. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política,** 2015.

MENEZES, Elisângela Ferreira; **Sou da beira da madeira: interfaces entre juventude e gênero na área ribeirinha de porto velho – RO –**. 2016.

MERIGUETE, Indramara Lobo de Araujo Vieira; ARAUJO, Maria Isabel de; SOUSA, Silas Garcia Aquino de. **Ajuri nas florestas: uma prática real**. Anais do I Fórum de Estudos Leituras de Paulo Freire da Região Norte: Educação Popular em Debate, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO -MEC

NETO, Dorival Bonfá; DOMINGOS, Bruno dos Santos; SILVA, Inaiá Rossi; **Direitos Ribeirinhos no Brasil: construção de barragens a Pandemia covid-19**, revista Verde Grande geografia e interdisciplinaridade, volume 3, nº. 2, 2021.

ORTIZ, Carlos Eduardo do Vale; AMARAL Nair Ferreira Gurgel do, Ribeirinhos e Covid-19: a saudade do rio e a tristeza na feira em tempos de pandemia. Edição; **ESTADO, AMÉRICA LATINA E COVID-19**

PORTUGAL, Jéssica Karoline A.; REIS, Marcelo Henrique da S.; SOUZA, Greyce Kelly P. de, e outros; **Acadêmicos de enfermagem do interior do Amazonas em missões ribeirinhas durante a pandemia de Covid-19**, Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2021.

PRAZERES, Maria Sueli Corrêa dos, **educação do campo e pedagogia da alternância no Brasil e na Amazônia: bases históricas**. Revista HISTERDBR on-line, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL; publicações oficiais, decretos 2020.

PEIXOTO, Leonardo Ferreira; VIEIRA, Rafael dos Santos, **COTIDIANO ESCOLAR E PANDEMIA DE COVID-19 NA AMAZÔNIA**, Momento – diálogos em educação, E-ISSN 2316-3100, v. 30, n. 02, p. 183-196, maio/ago., 2021.

RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira; ANDRADE, Natália Teixeira; SILVA, Thamirys Souza e; NASCIMENTO, Camila Fernanda Pinheiro do. **Organização e trabalho das mulheres ribeirinhas amazônicas: um estudo nas comunidades de Santa Luzia e São Lázaro no grande Lagode Manacapuru/AM**.

<https://alimentacaosaudavel.org.br/blog/noticias/programa-nacional-de-alimentacao-escolar-pnae-mudancas-frente-a-pandemia-de-covid-19/7451/>